

Regulamento Disciplinador das Atividades de Esporte e Lazer (REDEL)

O diretor de esportes e lazer, no uso das suas atribuições em conformidade com o Estatuto da APCEF, artigo 51, parágrafo I, resolve publicar o regulamento Disciplinador das Atividades de esporte e lazer promovidas pela APCEF/MG (REDEL)

OBJETIVO DO REGULAMENTO

O presente regulamento tem por objetivo regulamentar e disciplinar todas as atividades esportivas e de lazer promovidas pela APCEF/MG, tais como torneios, campeonatos e/ ou gincanas e se regerá pelos artigos a seguir transcritos.

INFRACÕES E PENAS

INFRACÕES

Artigo Primeiro – Será considerada infração **leve** cometida pelos atletas:

- a) invadir local destinado ao árbitro ou auxiliares, permanecer atrás do gol, permanecer no banco de reservas após expulsão de campo, entrar no campo durante a partida, sem prévia autorização do árbitro;
- b) dar ou transmitir instruções a atletas em jogo, provocando transtornos aos adversários ou à organização do evento;
- c) permanência em campo de atletas (jogando ou não), representantes e técnicos sem uniforme da equipe.

Artigo segundo – Será considerada infração **grave** praticada pelos atletas:

- a) praticar ato de desrespeito contra jogadores de sua equipe, da equipe adversária, fiscais e auxiliares de jogo, organizadores do torneio, associados da APCEF/MG e público presente;
- b) desistir de disputar partida após o início, abandonando o jogo, simulando contusão, demonstrando desinteresse nas jogadas, impedindo o prosseguimento e regular término da partida;
- c) Tentar agredir fisicamente ou verbalmente jogadores de sua equipe, da equipe adversária, árbitros, fiscais e auxiliares de jogo, organizadores do torneio, associados da APCEF/MG e público presente;

Artigo terceiro - Será considerada falta **gravíssima**:

- a) falsificar no todo ou em parte documentos públicos ou particulares, a omissão de declarações que neles deveriam constar, inserir ou fazer inserir falsa declaração ou apresentar documentação de outras pessoas;

Agredir fisicamente (vias de fato) jogadores de sua equipe, da equipe adversária, árbitros, fiscais e auxiliares de jogo, organizadores do torneio, associados da APCEF/MG e público presente;

Artigo quarto – Em caso de penalidade aplicada pela comissão julgadora e não cumprida, a mesma será aplicada em dobro.

AS PENAS

As penas podem variar, de acordo com a infração e o resultado do julgamento feito pela comissão organizadora, em:

1. **suspensão de 01 (um) jogo.**
2. **suspensão de 02 (dois) jogos.**
3. **suspensão de 03 (três) jogos.**
4. **suspensão de 04 (quatro) jogos.**
5. **suspensão de 05 (cinco) jogos.**
6. **suspensão de 06 (seis) jogos.**
7. **desclassificação do atleta do torneio ou campeonato e perda dos pontos da partida. Caso fique comprovada a participação da equipe através de seu (s) representante (s) ou atletas, a equipe será desclassificada da disputa.**

Ainda pode sofrer as penalidades previstas no Estatuto da APCEF/MG.

RECURSOS

Artigo quinto - Possuem legitimidade para interpor recurso, a APCEF/MG, os representantes inscritos pelas equipes.

Artigo sexto – Todo e qualquer recurso deverá ser elaborado, com fundamento neste regulamento, na súmula dos jogos e/ou relatórios feitos pelo árbitro e/ou mesário ou diretores da APCEF/MG, que estejam acompanhando o evento.

Artigo sétimo – Todo e qualquer recurso deverá ser encaminhado à comissão julgadora, através da Coordenação de esportes e lazer da APCEF/MG, mediante protocolo, e deverá ser apresentado por escrito, em duas vias de igual teor, em um prazo improrrogável de até **72h (setenta e duas)** contadas a partir do momento da ocorrência do fato causador do recurso.

Artigo oitavo – Após receber o recurso, a Coordenação de esportes e lazer terá um prazo de **7 (sete)** dias para comunicar ao recorrido, disponibilizando para este cópia reprográfica do recurso.

Artigo nono – Após ser comunicado do recurso, o recorrido, caso queira, terá o prazo de **48h (quarenta e oito)** horas para apresentar sua defesa.

Artigo décimo – A comunicação do recorrido poderá ser feita pessoalmente ou via e-mail.

Artigo décimo primeiro – Caso queira fazer prova testemunhal, o recorrente deverá arrolar (indicar) suas testemunhas, no máximo de 03 (três), juntamente com o recurso aviado. A decisão sobre a necessidade e/ ou pertinência da oitiva das testemunhas, é única e exclusiva da comissão julgadora.

Artigo décimo segundo – No caso da comissão julgadora optar por ouvir a testemunha, esta designará dia e hora, comunicando o recorrente com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro).

Artigo décimo terceiro – A intimação e o comparecimento da(s) testemunha(s) será de única e inteira responsabilidade do recorrente.

Artigo décimo quarto – O não comparecimento da testemunha não ensejará o adiamento ou cancelamento do julgamento.

Artigo décimo quinto – A testemunha assumirá o compromisso de bem servir ao desporto, de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, devendo qualificar-se e declarar se tem parentesco ou amizade com as partes, sob pena de lhe ser aplicada a penalidade por falta grave, prevista neste regulamento ou, se for o caso, as penalidades previstas no Estatuto da APCEF/MG.

Artigo décimo sexto – É vedado à testemunha trazer o depoimento por escrito, ou fazer apreciações pessoais sobre os fatos testemunhados.

Artigo décimo sétimo – As testemunhas serão ouvidas uma a uma, separadamente, evitando que elas ouçam o depoimento uma das outras, e o juízo de valoração de seus depoimentos é exclusivo da comissão julgadora.

Artigo décimo oitavo – Além da prova testemunhal, é facultado ao recorrente usar de todos os outros meios de prova em direito permitido, desde que todo o custo corra à suas expensas e que esta seja apresentada juntamente com o recurso, conforme preceitua o artigo décimo quarto deste regulamento.

Artigo décimo nono – Caso queira, o recorrente, desde que solicite no corpo do recurso e a critério da comissão julgadora, poderá comparecer na seção de julgamento, tendo inclusive direito a voz, possuindo para tal o limite máximo de 15 (quinze) minutos para fazer sua defesa, acusação ou prestar esclarecimentos.

Artigo vigésimo – Da mesma forma, desde que solicitado dentro do prazo para apresentação da defesa, no corpo desta ou através de requerimento por escrito, o recorrido também terá direito de comparecer ao julgamento, tendo também o direito de voz, sendo-lhe garantido 15 (quinze) minutos para sua manifestação.

Artigo vigésimo primeiro – Após receber o recurso, a comissão julgadora deverá julgá-lo e comunicar o resultado ao recorrente antes da realização da próxima partida do time do recorrente ou recorrido.

Parágrafo Único – Excepcionalmente, a comissão julgadora poderá prorrogar o prazo para realização e comunicação do resultado do julgamento.

RECURSOS E JULGAMENTOS

Artigo vigésimo segundo - A Comissão Julgadora será designada pelo presidente da APCEF/MG, conforme Estatuto, Artigo 47, parágrafo V

§1º- Na impossibilidade de um ou mais membro(s) comparecer(em), este(s) será(ão) substituído (s) por outro(s) indicado(s) pela Diretoria da APCEF/MG.

§2º- No caso do não comparecimento de nenhum dos membros da comissão julgadora para realização de determinado julgamento, o mesmo será realizado pela coordenação e pela Diretoria de esportes e lazer.

Artigo vigésimo terceiro – A comissão julgadora é a instância máxima para apreciar e julgar todo e qualquer recurso decorrente das atividades de esportes e lazer por ela promovidas, sendo sua decisão final irrecorrível.

Artigo vigésimo quarto – A sessão de julgamento será aberta, podendo o presidente da Comissão Julgadora, por motivo de ordem ou segurança, determinar que a sessão seja secreta, garantida, porém, a presença das partes e de seus defensores, no máximo de um.

Artigo vigésimo quinto – É dever da comissão julgadora, independentemente de recurso, fazer valer e aplicar as penalidades previstas neste regulamento.

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES GERAIS

Artigo vigésimo sexto – O desconhecimento e/ ou equivocada compreensão das cláusulas deste regulamento não exime o infrator das penas nele previstas.

Artigo vigésimo sétimo – Os casos omissos e as lacunas deste regulamento serão resolvidos pela comissão julgadora.

Artigo vigésimo oitavo – Cada esporte apresenta normas próprias, contidas em suas regras. Estas regras serão seguidas na íntegra, salvo alterações discriminadas no regulamento geral de cada atividade e alterações discriminadas neste regulamento.

Artigo vigésimo nono - Este regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2025.

Flávio Luiz Costa de Sales

Diretor de Esportes e Lazer – APCEF/MG